

O sindicalismo em 2013: entre a rua, a greve e o gabinete¹

Alexandre Marinho Pimenta²

Resumo: Considerando o sindicalismo um movimento contraditório na luta de classes, o artigo analisa o movimento sindical brasileiro no ano de 2013, marcado por um levante popular a nível nacional. Como o sindicalismo se posicionou e atuou naquele ano? A partir de uma análise bibliográfica e de dados econômicos e sindicais, realiza-se uma reflexão focada na articulação entre as manifestações de ruas, as greves e os espaços institucionais. Verificou-se o acúmulo de descontentamento nas classes trabalhadoras durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o processo de institucionalização do movimento sindical no mesmo período e indícios de uma maior agitação trabalhista nas bases sindicais, concomitante ao aumento de protestos. Concluiu-se que as centrais e direções sindicais se posicionaram, no geral, de forma ambígua em relação ao cenário de forte mobilização de massas de 2013, reforçando sua aposta na institucionalização.

Palavras-chave: Sindicalismo. Protestos de 2013. Governos do PT.

Abstract: Considering trade unionism a contradictory movement in the class struggle, this article analyzes the Brazilian trade union movement in 2013, marked by a nationwide popular uprising. How did trade unionism position itself and act that year? Based on a bibliographical analysis and economic and trade union data, it focuses on the articulation between street demonstrations, strikes and institutional spaces. It looks at the accumulation of discontent among the working classes during the Workers' Party (PT) governments, the process of

¹ Este artigo é uma versão revisada e atualizada de um trabalho apresentado pelo autor na IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, 2018, USP, São Paulo.

² Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Sociologia pela UnB. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

institutionalization of the trade union movement in the same period and signs of greater labour unrest at the union bases, concomitant with the increase in protests. The conclusion is that the union centrals and leaderships were generally ambiguous about the scenario of strong mass mobilization in 2013, reinforcing their commitment to institutionalization.

Keywords: Trade Unionism. 2013 Protests. PT Governments.

Introdução

O século XXI tem sido marcado por uma “sequência de insurreições populares” em diversos países (SAFATLE, 2023, p. 99). Em 2013, o Brasil se tornou local de uma dessas sublevações. Em junho daquele ano, uma luta contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo foi o estopim para uma complexa revolta popular que ainda desperta polêmicas e variadas interpretações uma década depois.

Os eventos de 2013 foram compostos não apenas por grandes manifestações de rua em mais de 300 municípios (SINGER, 2013), ou diversos movimentos de ocupações (BRAGA, 2019), mas também por uma explosão de greves de trabalhadores. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015), foram 2.050 greves registradas naquele ano, o maior número de greves em décadas e um aumento de 134% em relação a 2012. Cerca de 2 milhões de trabalhadores participaram dessas paralisações.

A pretensão desse artigo é contribuir para a análise sociopolítica de 2013 tomando como objeto o movimento sindical. Como o sindicalismo se posicionou e atuou naquele ano? Propomos uma reflexão a esse questionamento através de uma análise bibliográfica e de dados econômicos e sindicais, inserindo-se assim no debate já promovido pela literatura que se debruça sobre o tema (LINHARES, 2015; BRAGA, 2017; MARCELINO, 2017; CAMPOS, 2019).

Nossa reflexão focará como o movimento sindical, em suas bases de trabalhadores e direções sindicais, articulou as dimensões das manifestações de ruas, das greves e dos “gabinetes”, entendidos aqui

como espaços institucionalizados de participação e interlocução com o governo central da época e outras instâncias estatais. Isso inclui participação em cargos governamentais ou em eventos, conferências e órgãos colegiados estatais.

Antes de iniciarmos a análise, algumas considerações teóricas. Entende-se que o fenômeno do sindicalismo é constitutivo da relação assalariada e diz respeito a uma das formas de luta de classes no capitalismo (MARX, 1996). Tais conflitos entre capital e trabalho possuem um modelo dinâmico próprio, através de ciclos e recorrências temporais/espaciais, sendo influenciado por um conjunto diverso de fatores (SILVER, 2005). Por fim, é de fundamental importância destacar os vários limites históricos e as contradições políticas do movimento sindical. O processo de luta de classes pode institucionalizar o movimento sindical em “Aparelhos Ideológicos de Estado”, tornando-o, assim, uma parte integrante da reprodução das relações de exploração e dominação capitalistas, segundo Althusser (2008). Ou ainda, aquele processo pode amarrar os sindicatos na esfera da legalidade, sob a tutela do poder jurídico do capital, segundo Edelman (2016). Tais pressupostos serão fundamentais para a análise de 2013 e resgatados em outro nível de concretude, a partir da recente experiência brasileira.

Trabalho e sindicalismo nos governos do PT: contradições e paradoxos

A década de 1990 foi muito negativa, em vários aspectos, para o movimento sindical e as classes trabalhadoras no geral. Privatizações e reestruturações econômicas, postura antissindical dos governos e informalização do mercado de trabalho tornaram o ambiente hostil ao movimento sindical, mesmo em contexto de volta da democracia e nova Constituição (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2016). Diz Marcelino (2017, p. 203) que:

A década de 1990 foi, no Brasil, a década das derrotas dos candidatos considerados de esquerda nas eleições presidenciais (Lula, ligado ao sindicalismo; Brizola, ligado ao trabalhismo), da difusão ampla da ideologia neoliberal, do aumento do desemprego, do controle ortodoxo da inflação e da implantação da reestruturação produtiva em muitos setores. Todos esses elementos econômicos, políticos e ideológicos da década de 1990 podem ter concorrido, de maneiras diversas e dependendo de cada ramo e setor, para o refluxo da atividade sindical.

Em 2002, houve a vitória de Lula (PT) para a Presidência da República. Ex-sindicalista e liderança do ciclo de greves do final da ditadura militar, Lula levou a ala hegemônica do movimento sindical para integrar o governo, sob a égide da heterogênea coalizão petista. Assim, ao longo dos anos do petismo, tal movimento se consolidou como agente de permanente participação política institucional, presente na discussão e elaboração de políticas governamentais e de Estado (BOITO JÚNIOR. et al., 2015).

A presença da Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde o início do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado por Lula em 2003 e um dos principais dispositivos de interlocução com a sociedade civil do período, não pode ser entendido como mero simbolismo. A gestão pública e o aparelho do Estado, no petismo, foram permeados e permeáveis pelo sindicalismo, cada vez mais institucionalizado e integrado à máquina estatal. Sindicalistas ganharam cargos no alto escalão do governo (D'ARAÚJO, 2009, p. 117). As centrais sindicais passaram inclusive a receber parte do imposto sindical, cujo financiamento superou a de muitos partidos nacionais, revitalizando assim a noção de Boito Júnior (1991) de sindicalismo de Estado: um sindicalismo integrado e dependente do Estado; um movimento, portanto, tutelado.

Concomitantemente, milhares de sindicatos de trabalhadores foram criados e o número de entidades passou de 10 mil. As centrais

sindicais se multiplicaram. Entre as recomposições das forças sindicais, destaca-se a mútua aproximação entre a CUT e a Força Sindical (FS), oponentes nos anos 1990, e o surgimento de novas organizações e tendências sindicais minoritárias, como a Conlutas (2004) e a Intersindical (2006) (GALVÃO, 2009).

Economicamente, o período petista conviveu, durante anos, com uma conjuntura favorável, tendo em vista o chamado ciclo das *commodities*. Sob essa base, sobretudo no seu período “glorioso”, com os governos de Lula (2003-2010), conseguiu-se ampliar políticas sociais focalizadas e gastos públicos com concomitante fomento ao mercado de trabalho formal, aumento real do salário mínimo e acesso a crédito facilitado. Como resultado, ampliou-se o mercado interno e o consumo das famílias, evento que em um país de histórico e estrutura brutalmente desigual, possuiu um significado social e político significativo (POCHMANN, 2014).

Especificamente sobre as mudanças no mercado de trabalho, Mattos (2015) e outros autores apontam para a reversão da informalização, a queda expressiva da taxa de desemprego e o aumento da renda real do trabalho. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o país teve geração líquida de postos formais de trabalho durante todo o período, até a chegada da recessão aberta em 2015-2016. A taxa média de desemprego anual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu pela metade, também até antes da recessão. Os trabalhadores, nacionalmente, obtiveram mais reajustes salariais (BOITO JÚNIOR. et al., 2015).

Mas o período petista também apresentava graves e profundas contradições. Um enfoque mais crítico chama atenção, por exemplo, para o centro dinâmico dessas mudanças no mercado de trabalho, constituído por empregos precários e/ou terceirizados, com alta taxa de rotatividade e baixos salários (BRAGA, 2014). Pesquisas questionam inclusive o impacto real de tal período na desigualdade (MEDEIROS et al., 2015).

A literatura indica que o movimento sindical fruto do petismo se encerrou numa posição paradoxal (CARDOSO, 2015; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2016). A ampliação do número de sindicatos e centrais e a aproximação com o governo foram acompanhadas por um distanciamento das bases. Foram os aparelhos sindicais que cresceram e ampliaram sua influência, e não a quantidade de trabalhadores neles, gerando uma espécie de crise de representatividade. A taxa de sindicalização, após uma leve subida no início dos anos 2000, chegando a 21%, teve uma forte queda após 2006, e chegou a 16% em 2013 (CARDOSO, 2015).

Uma longa literatura trata do “transformismo” da figura do sindicalista no Brasil, que se tornou em algo mais próximo de um novo tipo de empresário e/ou burocrata, participando de cargos governamentais, fóruns tripartites, conferências e/ou gerindo poderosos fundos de pensão, centrais para a dinâmica capitalista do país (OLIVEIRA, 2013; SOARES, 2013; ANTUNES, SANTANA, 2014; BRAGA, 2017). Seguindo tal viés crítico, Antunes e Silva (2015) identificam, nas últimas décadas, uma profunda mutação de um sindicalismo de confronto para um sindicalismo meramente negocial, propositivo, enfatizando mais a conciliação do que o conflito.

Por fim, Cardoso (2015) aponta uma oligarquização no movimento: os sindicatos teriam se acomodado com o imposto sindical, em vez de buscar fontes de financiamento voluntárias, além de centrarem seus esforços não na renovação da militância, mas na disputa de cúpula, inclusive estimulando a fragmentação do movimento. “As baixas taxas de filiação são [inclusive] a forma mais segura de controlar as eleições, ou de restringi-las a eleitores confiáveis, com isso reduzindo o risco de perda das entidades, cujo controle garante acesso ao imposto sindical” (CARDOSO, 2015, p. 506). Para Soares (2016, p. 513-514), no mesmo sentido, houve uma diminuição da participação de setores e tendências minoritários e mais radicais no movimento, aumentando assim a burocratização e hierarquização do mesmo, cuja consequência foi o “distanciamento entre sindicalistas e suas bases”, onde “o poder

de decisão tornou-se (ainda) mais concentrado e as ações sindicais se assentaram mais no funcionamento da máquina sindical do que na dinamização das bases”.

Entre ruas, greves e gabinetes: o movimento sindical em 2013

Segundo Ruy Braga (2017), uma das chaves para se compreender os protestos de 2013 é exatamente essa relação contraditória e paradoxal entre os governos do PT, incluindo seus aliados no movimento sindical, e as classes populares e bases de trabalhadores. Diferentemente das interpretações que dão centralidade a uma possível intervenção estrangeira e/ou no papel das classes médias e da burguesia na desestabilização do petismo, tal olhar mais crítico visa ponderar o acúmulo de descontentamento nas classes trabalhadoras naquele período histórico e centrar a análise em tal dimensão. Assim, torna-se possível verificar em que medida as contradições do petismo criaram o ambiente para uma explosão de protestos de rua de caráter fundamentalmente popular, cujas pautas faziam referência à degradação de condições de vida e serviços públicos e se voltavam “contra instituições e estruturas estatais, compreendidas como esvaziadas de sua capacidade real de representação política” (SAFATLE, 2023, p. 99).

Tal chave de leitura parece-nos também útil para compreender a dinâmica sindical e o avanço das greves daquele período. O descontentamento dos trabalhadores com suas condições de vida, trabalho e renda, frente ao patronato, aos governos e a diversas instituições, parece-nos o elemento fundamental para explicar o aumento da atividade sindical nas bases. Tal elevação certamente envolveu cálculos estratégicos sobre oportunidades de mobilização e avaliação de condições objetivas propícias para alcançar resultados positivos. Por exemplo, categorias que enxergaram oportunidades políticas e conjunturais oportunas para buscar suas reivindicações. Mas, a nosso ver, o quadro de oportunidades conjunturais de 2013, ressaltado de

forma diversa por Linhares (2015) e Marcelino (2017), não pode ser considerado isoladamente. Sem descontentamento, sem trabalhadores imersos em contradições frente às classes dominantes, não há como explicar o aumento das greves e da luta sindical nas bases.

A ampliação de descontentamento popular se explica, em parte significativa, pelas mudanças na conjuntura econômica. O ciclo das *commodities*, uma das bases do crescimento econômico do petismo, começou a se desfazer em 2011, sob o primeiro governo Dilma (2011-2014).

O governo Dilma desde 2011 sofre as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera nesse ano (CARLEIAL, 2015, p. 2006).

Após um crescimento de 7,5% do PIB, em 2010, o país desacelerou para um crescimento anual de 4,0% e 1,9% em 2011 e 2012, respectivamente, segundo o IBGE. A desaceleração econômica levou, invariavelmente, à redução de expectativas populares, que no petismo foram acionadas pelo crescimento do poder aquisitivo. Apesar da taxa de desemprego não ter aumentado de imediato à época, há anos que os novíssimos empregos formais precarizados existiam sem sinal de mudança do polo dinâmico para outras faixas salariais. Ao mesmo tempo, a contínua ampliação do endividamento das famílias, juntamente com uma pressão inflacionária considerável, revelava outro limite da estratégia petista calcada no consumo.

Nesse contexto, “o controle sindical da insatisfação das bases trabalhistas com baixos salários, com a deterioração das condições de trabalho e com o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras tornou-se mais problemático” (BRAGA, 2017, p. 103).

Já no início de 2011, notam-se os primeiros indícios de maior agitação e descontentamento nas bases, que partiram para a ação, por vezes por fora da estrutura sindical e de sua direção. Esse ano significou o início de um novo ciclo de greves que desembocaria em 2013. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE (2015), de 2001 a 2008, os números de greves anuais ficaram em baixo patamar, menos de 500. Em 2009, ocorrem 518 greves, mas tal número cai para o patamar anterior em 2010. No ano seguinte, as greves passam das 500 anuais novamente.

Em 2011, na construção civil, há um palco de forte ativismo trabalhista (BRAGA, 2012, p. 267). No coração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos carros-chefes do petismo, estouraram revoltas operárias que se chocaram com as forças hegemônicas do movimento sindical. Nas construções de usinas hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, dezenas de milhares de operários pararam os trabalhos e destruíram “alojamentos, escritórios, ônibus, pontos comerciais e outros prédios e equipamentos” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 118), sem intermediação ou participação das direções sindicais, próximas ao governo do PT. Em Belo Monte (PA), a rebelião ocorreu contra um acordo coletivo já estabelecido entre o sindicato e a patronal (CAMPOS, 2016, p. 145). Para os trabalhadores das obras de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, “o sindicalismo de Estado brasileiro faz com que não possam contar com seu próprio sindicato para solucionar os confrontos existentes nos canteiros de obras, pois estes parecem mais atrelados ao Estado e aos consórcios construtores do que aos trabalhadores”. (CAMPOS, 2016, p. 187). A resposta do governo a tais movimentações fora do aparelho sindical, como será em 2013, envolveu forte repressão, com utilização de forças militares federais. Na região Nordeste, também ocorreram revoltas operárias em outras obras do PAC no mesmo período.

Em 2012, há um crescimento expressivo das greves, tanto no setor público, quanto no setor privado. Foram quase 900 greves, um aumento de 57% em relação ao ano anterior. Nesse ano, em pleno pacote

de cortes orçamentários do primeiro governo Dilma, uma enorme greve dos servidores públicos federais unificou diversas carreiras e realizou protestos e ocupações na capital do país. As universidades federais, com forte presença de direções da oposição de esquerda do PT, pararam por mais de um mês. A resposta do governo foi atendimento parcial e parcelado das reivindicações, além de corte de ponto de muitos servidores. Ao mesmo tempo, importantes rebeliões operárias continuaram nas obras do PAC, em vários momentos se chocando com as direções sindicais e descumprindo as exigências legais (CAMPOS, 2016).

Chegando em 2013, por trás da alta popularidade do governo central do país, havia, portanto, um conjunto de contradições e de lutas já em avanço, inclusive no movimento sindical – e que explodiram num verdadeiro levante no mês de junho. A utilização do repertório grevista por parte dos trabalhadores, naquele ano, também teve um crescimento vertiginoso. Para o DIEESE, o forte crescimento da atividade grevista em 2013 reforça uma tendência já presente nos anos imediatamente anteriores. Nesse sentido, a explosão grevista de 2013, de fato, atinge um novo patamar numérico, mas precisa ser entendida dentro de uma dinâmica de “desdobramento” (DIEESE, 2015, p. 40), de disseminação do repertório grevista na luta sindical do período, inclusive em segmentos e categorias com menores índices de mobilização.

Como já informado, em 2013, ocorreram 2.050 greves. Importantes e tradicionais categorias nacionais, como os bancários, petroleiros e carteiros, tiveram movimentos paredistas naquele ano. Sem contar as mobilizações de categorias regionais também fortes, como a dos professores do município e estado do Rio de Janeiro, que precisou da mediação do Supremo Tribunal Federal para seu fim. As greves de protesto, aquelas que reivindicam pautas além do âmbito trabalhista, segundo o DIEESE, também aumentaram em 2013. Por exemplo, no funcionalismo público federal, as greves de protesto aumentaram seu percentual de 16%, em 2012, para 50% em 2013 (DIEESE, 2015).

Algumas greves de 2013 seguiram também as tendências dos anos anteriores de revoltas de trabalhadores de base por fora das instituições e das direções sindicais oficiais. Foi o caso da greve de abril em Belo Monte, da qual a direção sindical da FS foi contrária (CAMPOS, 2016). Em novembro, houve outra greve, com a direção sindical agindo de forma a conter os protestos mais radicais que ocorreram na categoria nos anos anteriores. Como afirmou o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada do Pará (Sintrapav), Roginel Gobbo, para a agência de notícias do governo federal: “estamos tentando direcionar para que o descontentamento seja só na parte econômica ou social, mas que isso não se transforme em atos como houve no passado” (CUT, 2013, *online*).

As greves de trabalhadores em redes de supermercados de São Luís (MA) e de Belém (PA), consideradas ilegais pela justiça (SILVA, 2018), também seguiram as tendências dos anos anteriores. O movimento paredista em Belém, por exemplo, ocorreu por fora do sindicato, após fechamento da data-base e de acordo coletivo, e se disseminou por outras categorias de comerciários locais.

Mesmo sendo as greves de 2013 mais defensivas em suas pautas econômicas, simbolizando já um esgotamento da conjuntura econômica geral anterior mais favorável, tais greves ocorreram em contexto de ainda aumentos reais de salários e a maioria alcançou êxito. 86% dos reajustes levantados pelo DIEESE foram acima da inflação naquele ano.

As limitações metodológicas dos relatórios do DIEESE impossibilitam, no entanto, uma análise detalhada de como as greves articularam repertórios de protesto e outras mais negociais e institucionalizadas. Todavia, é possível propor algumas interpretações a partir dos achados da literatura especializada. Em primeiro lugar, houve um claro efeito de contágio (político, moral e estético) entre o movimento sindical e as ruas, com difícil definição de relação causal. As manifestações foram largamente noticiadas e depois até estimuladas pelas mídias e redes sociais, gerando efeitos de emulação,

proliferação de indignação e ânimo. Em alguns casos, como a greve dos professores do Rio de Janeiro, as manifestações e as greves se “concatenaram” (BRINGEL & PLEYERS, 2015) em demonstrações públicas em comum, como a atuação de manifestantes adeptos da tática *black bloc* no ato da greve no Dia do Professor.

Para Linhares (2015, p. 110), as manifestações de ruas e a proximidade dos megaeventos esportivos no país foram fatores excepcionais para as negociações de várias categorias, sendo assim motivos importantes para o adensamento de movimentos paredistas e sindicais no geral.

As centrais e direções hegemônicas do movimento sindical buscaram agir diante dos protestos de 2013 marcando manifestações próprias, mas com pautas específicas, tais como propostas de leis trabalhistas e previdenciárias. Segundo Cardoso (2015, p. 499), no dia 11 de julho de 2013, o sindicalismo levou um número significativo de pessoas às ruas, apesar do menor patamar se comparado aos protestos de junho. Tal fato pode ser indício de fraca capacidade de mobilização e representatividade de tais centrais no contexto de levante popular e aumento de greves. Houve também o ato do dia 30 de agosto, com pauta semelhante e incluindo manifestações de rua.

Há várias diferenças entre a dinâmica dos protestos de rua e tais mobilizações convocadas pelas centrais sindicais. De convocatórias descentralizadas e via mídias sociais, para uma convocação estruturada e deliberada em instâncias organizadas. De pautas difusas e sem interlocutor central, para demandas estruturadas, propositivas e destinadas ao Congresso Nacional e ao Governo Federal. Para Cardoso (2015, p. 500): “o movimento sindical não negou o Congresso ou a política, como boa parte dos movimentos de junho. Ao contrário, interpelou o mundo da política institucional, visando interferir no conteúdo de sua pauta de prioridades”.

Tal ambiguidade das direções sindicais, de reforçar as ruas e ao mesmo tempo não reforçar o levante de junho, guarda certa analogia com a relação entre direções e bases nas mobilizações sindicais do

período. Para Braga (2017, p. 104): “a fim de não se deslegitimarem junto aos trabalhadores, os sindicalistas precisaram se equilibrar entre a manutenção dos canais de negociação abertos pelo petismo e as respostas ao aumento do apetite grevista por parte de suas próprias bases”. Algo semelhante ao que Galvão (2014, p. 111), por outras vias, define como “sindicalismo de parceria”:

O sindicalismo de parceria faz críticas aos governos petistas, mas procura moderá-las; apresenta demandas políticas, mas procura compatibilizá-las com os interesses patronais; defende os direitos dos trabalhadores, mas não se furta a negociá-los ou a aceitar direitos diferenciados conforme as especificidades do setor econômico ou da empresa; fala em nome de uma cidadania “ampliada”, mas diante das dificuldades de se assegurar direitos universais por intermédio da legislação, contenta-se com uma cidadania limitada à inclusão pelo consumo.

Nesse sentido, nota-se que as direções sindicais majoritárias não só buscavam integrar e capitalizar o levante de massas, como aponta Cardoso (2015), mas também blindar o governo federal dos riscos de descontrole maior por parte dos protestos, que afetaram fortemente popularidade de Dilma. E blindar o governo do PT era também preservar os novos canais institucionais alcançados pelo sindicalismo.

Segundo Tatagiba (2014, p. 58), em 2013, “o ciclo de protestos de rua interpelou os ganhos realizados por gerações sucessivas de militantes que apostaram na chave das reformas por dentro do estado e através das regras do jogo democrático”. De certa forma, o sindicalismo hegemônico buscou fugir dessa interpelação, apostando na moderação das ruas e das greves para deixar o espaço dos “gabinetes” intacto.

Considerações finais

Esse artigo buscou contribuir com as interpretações em torno do ano de 2013 brasileiro, marcado por grandes protestos de rua. Elegeu-se como objeto a atuação do movimento sindical naquele período. Partiu-se da compreensão do sindicalismo enquanto um fenômeno constitutivo da luta de classes no capitalismo e profundamente contraditório. Tal forma de resistência dos assalariados possui uma dinâmica própria, influenciada por diversos fatores, e pode se institucionalizar a ponto de se integrar ao Estado capitalista, participando assim da reprodução e da dominação capitalistas.

Analisando a bibliografia sobre o tema em tela e alguns dados sindicais e econômicos, discutiu-se como os governos do PT nos anos 2000 e início de 2010 possuíram profundas contradições e paradoxos em relação às classes populares. Com a desaceleração econômica iniciada em 2011, que desembocaria em uma profunda recessão, sobretudo nos anos de 2015 e 2016, o descontentamento de tais classes se elevou. Antes mesmo da explosão de protestos de rua de 2013, as greves começaram a crescer, inclusive com revoltas de trabalhadores da base por fora dos sindicatos e das centrais majoritárias, partícipes da coalização petista no governo e cada vez mais institucionalizados.

2013 foi um ano de forte luta sindical, com mais de 2 mil greves e 2 milhões de trabalhadores mobilizados. Casos de revoltas da base por fora das direções sindicais continuaram acontecendo. Viu-se alguns exemplos e indícios de concatenações entre as greves e as manifestações de rua, fatos que exigem uma análise posterior mais aprofundada. Por fim, observou-se que as direções do movimento sindical majoritário adotaram uma postura ambígua frente à maior agitação trabalhista e ao contexto de levante popular nas ruas. Permanecendo e preservando sua maior institucionalização e integração com o governo e o Estado, tais direções convocaram, por exemplo, algumas manifestações de rua, mas de caráter mais propositivo ao governo.

O movimento sindical majoritário, em 2013, apostou nos “gabinetes”, na continuidade do “sindicalismo de parceria” (GALVÃO, 2014), da institucionalização e da aliança com o petismo. Não por acaso, antes e durante 2013, vários protestos de rua e greves mais radicais se chocaram diretamente com os sindicatos e as centrais, identificando-os, não sem razão, como entidades absorvidas pelo governo de plantão.

Tais acontecimentos durante os governos anteriores do PT, sem dúvida, guardam lições políticas ainda atuais sobre e para o sindicalismo brasileiro e a luta dos trabalhadores sob o capitalismo. Como adverte Edelman (2016, p. 8), nessa luta, muitas vezes o que parece uma conquista, na realidade, pode ser uma captura, uma neutralização. Um amordaçamento.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. “The Dilemmas of the New Unionism in Brazil: Breaks and Continuities”. In: *Latin American Perspectives*, v. 41, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. “Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial”. In: *Cad. CRH*, Salvador, v. 28, n.75, 2015.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo/ Campinas: Hucitec/Unicamp, 1991.
- BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. “La nouvelle phase du syndicalisme brésilien”. In: *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, v. 80, 2015.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRAGA, Ruy. "A return of class struggle without class? Moral economy and popular resistance in Brasil, South Africa and Portugal". In: *Sociologia & Antropologia*, v. 9, p. 2019.
- BRAGA, Ruy. "Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 103, 2014.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. "Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil". In: *Nueva Sociedad: Democracia e Política en América Latina*, vol. especial, 2015.
- CAMPOS, Cauê Vieira. "As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016)". In: *Temáticas*, Campinas, v. 27, n. 53, 2019.
- CAMPOS, Cauê Vieira. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. Campinas, 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. "Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro". In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, 2015.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. "Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff". In: *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 85, 2015.
- CUT. *Trabalhadores de Belo Monte iniciam greve por reajuste salarial*. 2013. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/trabalhadores-de-belo-monte-iniciam-greve-por-reajuste-salarial-4f25>. Acesso em: 18 de ago. de 2023.

- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDoc/FGV, 2009.
- DIEESE. *Balanço das greves em 2013*. Brasília: DIEESE, 2015.
- EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GALVÃO, Andréia. "A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro". In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 38, 2014.
- GALVÃO, Andréia. "A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula". In: *Revista Outubro*, São Paulo, n. 18, 2009.
- LINHARES, Rodrigo. "As greves de 2011 a 2013". In: *Revista Ciências do Trabalho*, n. 5, 2015.
- MARCELINO, Paula. "Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil". In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 3, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. "Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho". In: *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 85, 2015.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. "O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)". In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2015.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAFATLE, Vladimir. “O dia no qual o Brasil parou por dez anos”. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz (org.). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- SILVA, Selmo do Nascimento da. “O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 210, 2018.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SINGER, André. “Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas”. In: *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, 2013.
- SOARES, José de Lima. “As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula”. In: *Soc. estado.*, Brasília, v. 28, n. 3, 2013.
- SOARES, José Luiz. “O que terá acontecido ao sindicalismo bancário no Brasil (2003-2014)?”. In: *Sociol. Antropol*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2016.
- TATAGIBA, Luciana. “1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil”. In: *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. “Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 103, 2014.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. “Current Challenges to Workers and Unions in Brazil”. In: *Research & Policy Brief*, Los Angeles, v. 39, 2016.